

2º Grau

## **Supremo Tribunal Federal STF - TUTELA ANTECIPADA NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA: ACO 3508 DF XXXXX-46.2021.1.00.0000 - Inteiro Teor**

[MOSTRAR NÚMERO DO PROCESSO](#)



Publicado por Supremo Tribunal Federal

ano passado

Processo

[MOSTRAR NÚMERO DO PROCESSO](#)

Partes

[MOSTRAR PARTES](#)

Publicação

[MOSTRAR DATA DA PUBLICAÇÃO](#)

Julgamento

[MOSTRAR DATA DO JULGAMENTO](#)

Relator

MARCO AURÉLIO

---

[Documentos anexos](#)

**TUTELA ANTECIPADA NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 3.508  
DISTRITO  
FEDERAL**

**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

**AUTOR (A/S)(ES) : ESTADO DO MARANHÃO**

**PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO  
MARANHÃO**

**RÉU (É)(S) : UNIÃO**

**PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**

**RÉU (É)(S) : FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E  
ESTATÍSTICA IBGE**

**PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL**

**DECISÃO**

**CENSO DEMOGRÁFICO – OMISSÃO – CORTE DE VERBAS –  
CONTROLE DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS –  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL – OFENSA – POSSIBILIDADE –  
TUTELA DE URGÊNCIA – DEFERIMENTO.**

1. O assessor Eduardo Lasmar Prado Lopes prestou as seguintes informações:

O Estado do Maranhão ajuizou, contra a União e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ação cível originária, com pedido de tutela de urgência, visando sanar irregularidades ante omissão em formalizar atos administrativos e alocar recursos para a realização do censo demográfico no ano de 2021.

Afirma legitimidade e interesse, aludindo à perda de receitas tributárias e à dificuldade, em razão da falta de dados, de formular e executar políticas públicas.

Alega ser o conflito capaz de abalar o pacto federativo,  
Supremo Tribunal Federal

### **ACO 3508 TA / DF**

estando em jogo diminuição de transferências de verbas aos entes, desequilíbrio na viabilização de ações governamentais e prejuízo à autonomia.

Narra que, a partir da Lei nº 8.184/1991, o censo passou a ocorrer a cada dez anos, considerada a relevância. Sublinha o reconhecimento internacional das pesquisas. Discorre sobre a necessidade das estatísticas, elaboradas por meio de contagem populacional, identificação de características dos habitantes, modos de vida e condições de moradia, para fins de subsidiar ações em todos os níveis de governo e fomentar investimentos da iniciativa privada. Salienta inviabilizado o estudo, em virtude da redução de custos, da supressão de perguntas do questionário e da alteração na metodologia de trabalho resultante das sucessivas trocas na Presidência do IBGE. Aludindo a veto do Presidente da República à lei orçamentária aprovada, noticia ausente dotação direcionada à realização do censo nacional no ano em curso. Diz do prejuízo ao combate às desigualdades sociais. Reporta-se a ofício do Ministério Público Federal versando os cortes e risco ao interesse público. Articula com o agravamento da situação de vulnerabilidade das pessoas ante a crise sanitária decorrente do novo coronavírus.

Sustenta contrariados os princípios da legalidade e da eficiência. Alega impactada a atuação do gestor público e descumprida obrigação prevista no artigo 1º da Lei nº 8.184/1991. Destaca a possibilidade de haver contingenciamento de despesas em descompasso com a Carta da República e a legislação – artigo 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000. Assinala a instrumentalidade do censo para implementação de direitos fundamentais e enfrentamento da pandemia covid-19. Evoca a proporcionalidade e a razoabilidade, ressaltando que a inércia dos réus, ao resultar no cancelamento do estudo em 2021, revelou desrespeito ao interesse público. Frisa imprópria a justificativa alusiva à falta de capacidade fiscal, levando em conta as renúncias de receitas. Menciona

Conteúdo copiado!  
matérias jornalísticas

**ACO 3508 TA / DF**

versando coincidência entre o processo de fragilização institucional do IBGE e as concepções pessoais do Chefe do Poder Executivo, em afronta ao Estado de Direito, aos princípios da impessoalidade e republicano. Cita precedente do Supremo, no sentido da viabilidade do controle jurisdicional ante inação do Estado em formular e executar políticas de base constitucional.

Realça inobservados o direito à informação e a proporcionalidade, sob a óptica da proibição da proteção insuficiente, referindo-se à utilidade do censo para concretização de direitos fundamentais.

Sob o ângulo do risco, afirma prejuízo nas áreas econômica e social.

Requer, no campo precário e efêmero, a determinação de adoção de medidas voltadas à realização da pesquisa, a partir dos parâmetros indicados pelo IBGE, observada a própria discricionariedade técnica, inclusive com abertura de créditos em valores suficientes. No mérito, busca a confirmação da providência.

2. O direito à informação é basilar para o Poder Público formular e implementar políticas públicas. Por meio de dados e estudos, governantes podem analisar a realidade do País. A extensão do território e o pluralismo, consideradas as diversidades regionais, impõem medidas específicas.

O censo, realizado historicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, permite mapear as condições socioeconômicas de cada parte do Brasil. E, então, o Executivo e o Legislativo elaboram, no âmbito do ente federado, políticas públicas visando implementar direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. Como combater desigualdades, instituir programas de

transferência de renda, construir escolas e hospitais sem prévio conhecimento das necessidades locais?

A União e o IBGE, ao deixarem de realizar o estudo no corrente ano, em razão de corte de verbas, descumpriram o dever específico de organizar e manter os serviços oficiais de estatística e geografia de alcance nacional – artigo 21, inciso XV, da Constituição de 1988. Ameaçam, alfim, a própria força normativa da Lei Maior.

Surge imprescindível atuação conjunta dos três Poderes, tirando os compromissos constitucionais do papel. No caso, cabe ao Supremo, presentes o acesso ao Judiciário, a aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais e a omissão dos réus, impor a adoção de providências a viabilizarem a pesquisa demográfica.

3. Defiro a liminar, para determinar a adoção de medidas voltadas à realização do censo, observados os parâmetros preconizados pelo IBGE, no âmbito da própria discricionariedade técnica.

4. Citem a União e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

5. Publiquem.

Brasília, 28 de abril de 2021.

Ministro MARCO AURÉLIO

Relator

# Informações relacionadas



Tribunal de Justiça de São Paulo  
Jurisprudência • há 2 anos

## **Tribunal de Justiça de São Paulo TJ-SP - Agravo de Instrumento: AI XXXXX-16.2019.8.26.0000 SP XXXXX-16.2019.8.26.0000**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO. TUTELA ANTECIPADA. Fixação de alimentos provisórios em favor do filho menor do casal, no importe de 25% dos rendimentos líquidos do genitor. Ausência de previsão, todavia, para a hipótese de desemprego e trabalho informal. Pretensão de arbitramento no importe de meio ...



Tribunal de Justiça de Minas Gerais  
Jurisprudência • há 2 anos

## **Tribunal de Justiça de Minas Gerais TJ-MG - Agravo de Instrumento-Cv: AI XXXXX-60.2018.8.13.0000 Abaeté**

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE DIVÓRCIO - TUTELA DE URGÊNCIA - ALIMENTOS - EX-ESPOSA - ALIMENTOS TRANSITÓRIOS - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. - O dever de mútua assistência preconizado no art. 1.566, do Código Civil, permanece até que sejam definitivamente dissolvidos os laços conjugais - "Entre ex-cônjuges ou ...



Supremo Tribunal Federal  
Jurisprudência • ano passado

## **Supremo Tribunal Federal STF - REFERENDO EM TUTELA ANTECIPADA NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA: ACO 3508 DF XXXXX-46.2021.1.00.0000**

CENSO DEMOGRÁFICO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. DECISÃO GOVERNAMENTAL QUE NÃO CONTEMPLA O IBGE COM DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS SUFICIENTES PARA PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2021. LEGITIMIDADE DO PODER JUDICIÁRIO PARA AVALIAR A ALOCAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NO QUE ...



Supremo Tribunal Federal  
Jurisprudência • ano passado

Conteúdo do parecer  
**Supremo Tribunal Federal STF - AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA: ACO 3508 DF XXXXX-46.2021.1.00.0000**

Petição/STF nº 52.134/2021 DECISAO AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA – ENTIDADE NACIONAL ADMITIDA – PARTICIPAÇÃO DE NÚCLEO SINDICAL – INDEFERIMENTO. 1. O assessor Eduardo Lasmar Prado Lopes prestou as seguintes informações: O Estado do Maranhão ajuizou ação cível originária, com pedido de tutela de urgência, buscando sanar ...



Supremo Tribunal Federal  
Jurisprudência • ano passado

## Supremo Tribunal Federal STF - TUTELA ANTECIPADA NA AÇÃO RESCISÓRIA: AR 2550 SP

DECISAO AÇÃO RESCISÓRIA – REVELIA. AÇÃO RESCISÓRIA – TUTELA ANTECIPADA – INDEFERIMENTO. AÇÃO RESCISÓRIA – PROVAS – ESPECIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA. 1. A assessora Isabela Leão Monteiro prestou as seguintes informações: A União busca rescindir acórdão da Segunda Turma, formalizado no agravo regimental no recurso ...

### Jusbrasil

[Sobre nós](#)

[Ajuda](#)

[Newsletter](#)

[Cadastre-se](#)

### Para todas as pessoas

[Artigos](#)

[Notícias](#)

[Encontre uma pessoa advogada](#)

[Consulta processual](#)

Conteúdo copiado!

## Para profissionais

[Jurisprudência](#)

[Doutrina](#)

[Diários Oficiais](#)

[Peças Processuais](#)

[Modelos](#)

[Legislação](#)

[Seja assinante](#)

[API Jusbrasil](#)

## Transparência

[Termos de Uso](#)

[Política de Privacidade](#)

[Proteção de Dados](#)



A sua principal fonte de informação jurídica. © 2022 Jusbrasil. Todos os direitos reservados.

